

# Centro-esquerda tem maioria dos relatores da Constituinte

Parlamentares peemedebistas de centro-esquerda são relatores de seis das oito comissões temáticas; o centro indicou só os dois restantes

Do Sucursal de Brasília



Mais de dois meses após sua instalação, o Congresso constituinte começa nesta semana a cumprir efetivamente a tarefa para a qual foi eleito: fazer a nova Constituição.

Já estão praticamente prontas as oito comissões temáticas, encarregadas de apresentar, em 65 dias, projetos que, em seu conjunto, serão um primeiro esboço da nova Carta. O resultado da disputa pelos cargos de relator mostra um predomínio das posições de centro-esquerda no comando das comissões. Todos os relatores são peemedebistas, já que, como partido majoritário, o PMDB fez questão de monopolizar o cargo que concentra, na prática, maior poder nas comissões.

O relator é, entre outras coisas, quem vai redigir o texto constitucional. O presidente — oito são do PFL e um do PDS — fica com uma função mais administrativa, como responsável pela Mesa que vai dirigir os trabalhos.

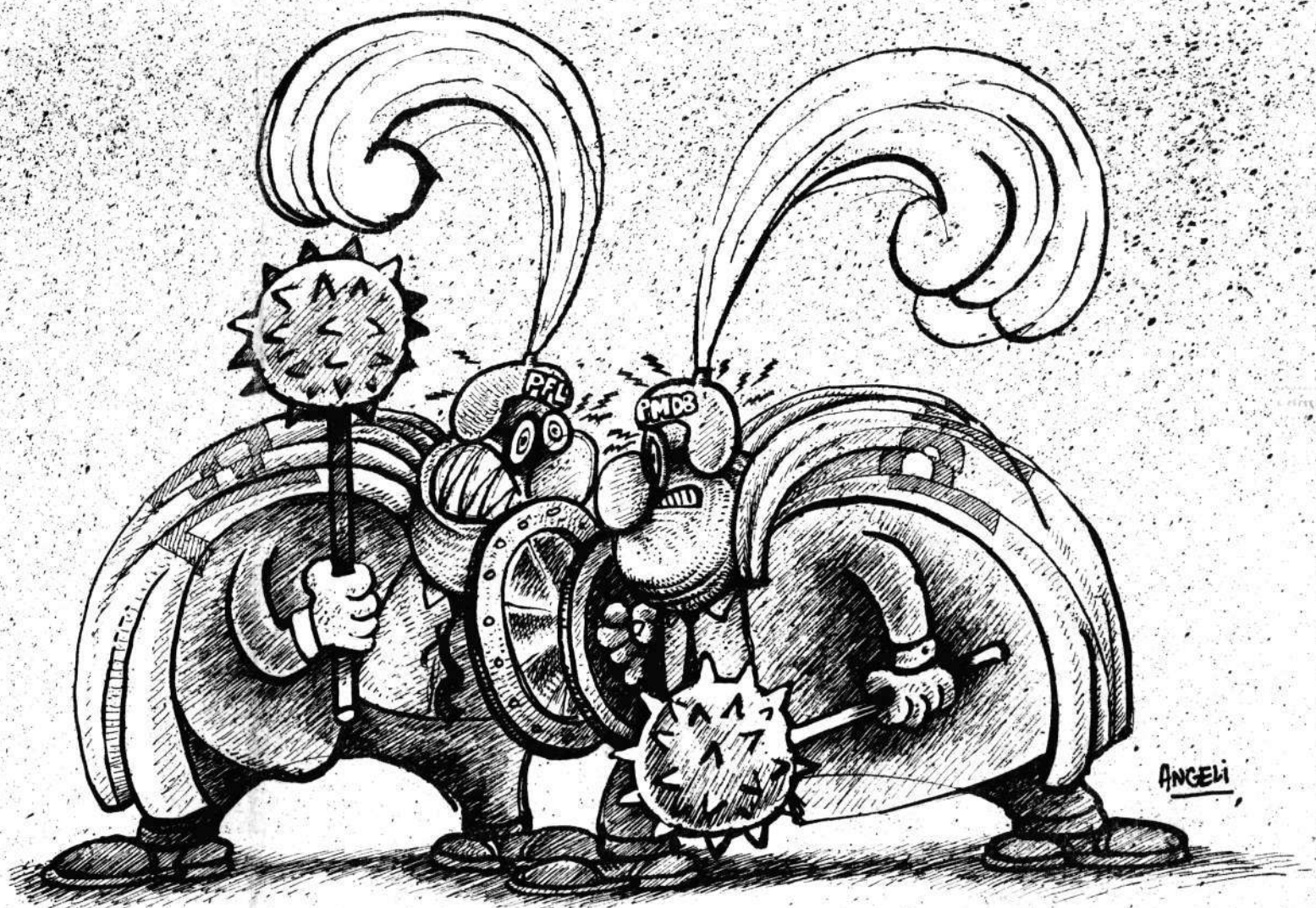
São considerados "progressistas" seis dos oito relatores indicados pelo PMDB: o senador José Bisol (RS), na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; o deputado Egídio Ferreira Lima (PE), na de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que definirá o mandato do presidente Sarney; o deputado José Serra (SP), ex-secretário do Planejamento de São Paulo, na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; o senador Severo Gomes (SP), na da

Ordem Econômica; o senador Almir Gabriel (PA), na da Ordem Social; e o deputado Artur da Távola (RJ), na Comissão da Família, Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia. Dois outros relatores são considerados de "centro": o senador José Richa (PR), que ficou com a Comissão da Organização do Estado, e o deputado Prisco Viana (BA), com a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Falta ainda escolher o relator da estratégica Comissão de Sistematização, cargo conhecido como de relator-geral da Constituinte. Os candidatos mais fortes são o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), de centro-esquerda, e o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro.

A hegemonia de centro-esquerda não corresponde, porém, à real correlação de forças no Congresso constituinte. Segundo classificação feita pela Folha, publicada no caderno "Os Eleitos" (19/02/87), os 559 constituintes estão assim distribuídos quanto a suas posições ideológicas: 181 de centro (32,3%), 131 de centro-direita (23,4%), 126 de centro-esquerda (22,5%), 69 de direita (12,3%) e 52 de esquerda (9,3%).

Após terem definido os relatores e presidentes das demais Comissões, os líderes partidários definirão ainda nessa semana os nomes que vão compor a Comissão de Sistematização, a mais importante de todas, que discutirá e reelaborará os projetos das demais.

Cada comissão, formada por 63 parlamentares, tem um relator e um presidente, além de outros cargos menos importantes. Isso vale também para as subcomissões.



## 1 Soberania e Direitos do Homem

Habeas-corpus, mandado de segurança, terrorismo, tortura, prisão perpétua e pena de morte deverão ser os temas mais discutidos na Comissão de Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher. Com um presidente de centro-direita, deputado Mário Assad (PFL-MG), e um relator de centro-esquerda, senador José Bisol (PMDB-RS), a comissão vai definir também a soberania nacional e as normas que regerão as relações do Brasil com outros países. No âmbito dos direitos e garantias individuais, constam o direito de propriedade, os direitos políticos de brasileiros e estrangeiros nacionalizados, além dos requisitos para se adquirir a nacionalidade brasileira e os direitos dos estrangeiros residentes no país. O 1º vice-presidente é o deputado Aécio Neves da Cunha (PMDB-MG), de centro, neto do ex-presidente Tancredo Neves. A garantia de igualdade de direitos entre homem e mulher é outro tema que deverá gerar polêmica. A 2ª vice-presidente da comissão, Anna Maria Rattes (PMDB-RJ) —mulher de Paulo Rattes, secretário de Go-

verno do governador do Rio, Moreira Franco—, disse que a ampliação dos direitos da mulher é um dos seus objetivos na comissão. Toda a polêmica em torno da antiga Lei Fleury (já revogada), que permite ao réu primário responder a processo em liberdade, também deverá voltar à tona durante os trabalhos da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. O deputado Mário Assad afirma que "um princípio do direito moderno é que o réu é inocente até a sentença final". Na sua opinião, este é o princípio que fundamentou a Lei Fleury. A diversidade ideológica da comissão e a variedade dos temas prometem esquentar os debates. O deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), cassado na década de 70, Roberto D'Avilla (PDT-RJ) e João Paulo Pires (PT-MG) deverão defender, na comissão, os pontos de vista da esquerda. As posições mais à direita deverão ser representadas, entre outros parlamentares, pelos deputados Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), filha do prefeito do município de São Paulo, Jânio da Silva Quadros, e Samir Achôa (PMDB-SP).

## 4 Organização Eleitoral

O papel constitucional das Forças Armadas —que hoje são responsáveis pela manutenção da ordem interna e pela defesa externa do país— será o tema mais polêmico a ser tratado pela Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Outros assuntos importantes, como a extensão do direito do voto a cabos e soldados, o voto facultativo e o voto distrital também serão objeto desta comissão. Tanto o presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), de centro-direita, como o relator, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), de centro, são favoráveis à manutenção do papel das Forças Armadas no que diz respeito à ordem interna. Passarinho, porém, quer que isso ocorra apenas "na defesa dos postulados democráticos". Ele também é favorável à manutenção das salvaguardas na futura Constituição —medidas de emergência, estado de emergência e estado de sítio—, mas propõe que a prorrogação do prazo para vigência destas medidas passe pelo crivo do Congresso Nacional. O deputado Prisco Viana acha que as

Forças Armadas devem continuar garantindo a ordem interna, por ser, segundo ele, uma tradição no Brasil e porque "são essenciais ao cumprimento desta missão, já que as polícias não estão preparadas para isso e há certos instantes em que as Forças Armadas, pela sua organização, pelo prestígio e pelo respeito que impõem, são indispensáveis à garantia da estabilidade da vida do país". Ele afirma ainda que as salvaguardas existem também em democracias modernas como os EUA e os países europeus. Entre outros, a comissão é composta pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), pelo secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), e pelo deputado José Genoino (PT-SP). Ex-guerrilheiro no Araguaia, Genoino deverá ser uma das principais vozes contra a manutenção do atual papel das Forças Armadas na futura Carta. Durante os trabalhos da comissão, deverão circular propostas como a criação de um único ministério militar, o da Defesa, a não obrigatoriedade do serviço militar e a criação do Tribunal da Constituição.

## 7 Ordem Social

A Comissão de Ordem Social deverá concentrar as atenções do Congresso constituinte quando se transformar em cenário de uma disputa entre empregadores e empregados. O direito de greve, a estabilidade no emprego, o seguro-desemprego e o salário mínimo são temas que deverão ter grande repercussão. É a comissão considerada de maior interesse direto dos cidadãos. Junto com as questões ligadas ao trabalho, decidirá sobre saúde, previdência social, meio ambiente e direitos de índios, negros, deficientes e minorias em geral. "Os ricos estão preocupados com a comissão de Ordem Econômica e os pobres com a de Ordem Social", afirmou a deputada petista Benedita da Silva (RJ). Benedita se considera no lugar certo, por reunir as condições de mulher, negra e, segundo afirma, representante dos "pobres e dos trabalhadores". O PT tem recebido centenas de sugestões de projetos para apresentar na comissão, em sua maioria enviadas por entidades sindicais. Os petistas deverão ter no relator da comissão, o senador Almir Gabriel

(PMDB-PA), e nos deputados Jorge Uequed (PMDB-RS) e Domingos Leonelli (PMDB-BA), todos da ala "progressista" do partido, aliados dispostos a defender posições de esquerda. No lado oposto, estará a maioria dos deputados do PDS e do PFL. Este último tem, na presidência da comissão, o deputado Edme Tavares (PFL-PB), considerado um parlamentar de centro-direita. Um dos membros da comissão, o deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), poderá ser o responsável pela inclusão, na futura Constituição, de medidas de proteção do meio ambiente. Feldmann é o único ecologista eleito em novembro último e tem, atrás de si, o apoio da maioria das entidades preservacionistas organizadas no país. O deputado Ivo Lech (PMDB-RS) levará para a Comissão da Ordem Social as reivindicações dos deficientes físicos. Como deficiente físico, Lech sabe quais as garantias constitucionais de que o segmento necessita. Em relação às populações indígenas, prevê-se polêmica em torno de dois pontos básicos: a preservação cultural dos índios e a demarcação de suas terras.

## 2 Organização do Estado

A definição das competências administrativa e legislativa da União, dos Estados e dos municípios será o ponto central das discussões da Comissão de Organização do Estado, tema que vai coincidir, em muitos pontos, com atribuições da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Apesar da diversidade ideológica, a tendência da maioria dos parlamentares da comissão defendem uma distribuição de poderes que reduza a hegemonia da União e permita a implantação, na prática, do Estado Federativo. Associada a essa questão estará a modificação dos percentuais de participação de cada esfera de poder na totalidade dos recursos arrecadados. Para o presidente da comissão, deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), de centro-esquerda, a questão do poder tem uma ligação tão forte com a questão de recursos que, fatalmente, as comissões de Organização do Estado e do Sistema Tributário correrão sobre os mesmos trilhos. Também vinculada ao problema financeiro, a discussão da competência de elaboração e execução de políticas regionais de desen-

volvimento terá prioridade. O interesse maior pelo tema parte dos constituintes das regiões norte e nordeste, que detêm quase dois terços da composição do colegiado. Do total de 59 membros da comissão já designados, apenas dezoito representam os Estados do sul, um indicio de que a revitalização de órgãos regionais como as Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco) terá prioridade. A autonomia política dos Territórios e do Distrito Federal é outro tema de interesse. Três constituintes do Amapá, três de Roraima e três do DF integram a comissão, pelos mesmos motivos: a eleição direta do seu governador. Interesses similares explicam a forte presença de deputados baianos: o Estado tem quatro representantes na comissão e pelo menos dois deles defendem a criação do Estado de Santa Cruz na região sul da Bahia. As divergências ideológicas praticamente não terão lugar. Independente delas, predomina a tese da aplicação do princípio federativo, como forma de resolução dos problemas nacionais.

## 5 Sistema Tributário

A disputa entre parlamentares do norte e nordeste e as lideranças do PMDB no Congresso constituinte, por cargos na Comissão do Sistema Tributário, antecipou, na semana passada, um dos principais pontos de conflito da reforma tributária — das desigualdades regionais. Os políticos das regiões norte e nordeste se sentiram excluídos das posições-chave da comissão, que além do sistema tributário decidirá sobre os orçamentos públicos e o sistema financeiro. A questão terminou adiada para terça-feira, com a suspensão dos trabalhos das comissões. A descentralização dos recursos tributários, da União para os Estados e municípios, e o aumento das transferências constitucionais de impostos —os chamados fundos de participação— são encarações pelos parlamentares nordestinos como um mecanismo de distribuição de renda e redução dos desníveis econômicos regionais. Os nordestinos são maioria (40%) entre os 63 membros da comissão. A questão regional se confunde com outro tema da reforma tributária: o federalismo. A concentração de recursos da União

enfraquece o poder dos Estados e da Federação. "Vamos lutar para recuperar a fatia de recursos dos Estados", disse o deputado peemedebista Osmond Evangelista Rebouças (CE). Outra grande disputa esperada envolve a taxa de renda do trabalho e do capital, que inclui questões explosivas como a taxa das heranças e o imposto de Renda das pessoas físicas. Nesse ponto, a comissão deverá se dividir entre "progressistas" e "conservadores". Em sua presidência, a comissão tem o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), ex-ministro da Fazenda no governo José Sarney e considerado um político de centro. Para relator, o PMDB —a quem cabia o cargo— indicou o deputado José Serra (SP), ex-secretário de Planejamento do governo Franco Montoro, em São Paulo. De acordo com a classificação elaborada pela Folha, a Comissão de Tributos, Orçamento e Finanças reúne uma maioria de parlamentares de centro (43%) e centro-direita (36%), contra uma minoria de esquerda e centro-esquerda, que reúnem, ao todo, 21% de seus membros.

## 8 Família, Educação e Cultura

A Comissão da Família, Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia deverá ser palco de disputas das mais acirradas. Motivo: ela reúne parlamentares com posições tão distantes como Hermes Zanetti (PMDB-RS), ex-presidente da Confederação dos Professores do Brasil, eleito sob a bandeira do combate ao ensino pago, e Arnold Fioravante (PDS-SP), dono das Faculdades Metropolitanas Unidas, um defensor dos interesses das escolas privadas. "A educação será um dos temas mais polêmicos", prevê o relator da comissão, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), considerado de centro-esquerda. Ele afirma, contudo, que deverão predominar em sua comissão as posições de centro. "Misturando todas as tendências, o resultado é o equilíbrio", disse o deputado, ele próprio favorável a uma solução mista para a questão do ensino público ou privado: "O Estado deve apenas garantir a educação", disse. Há ainda outros temas polêmicos. O mesmo Fioravante, também dono de onze emissoras de rádio espalhadas pelas principais capitais

do país e um dos maiores acionistas da rádio Capital, defende uma comissão mista da sociedade para decidir quais os grupos aptos a receberem concessão para TV e rádio, mas quer que a maioria dos integrantes dessa comissão sejam empresários. "Sou contra o monopólio da concessão à iniciativa privada", rebate Artur da Távola. Segundo ele, "as concessões devem ser sugeridas pelo Executivo ao Legislativo, ou aprovadas por um organismo formado pela iniciativa privada, Estado e organizações da sociedade". O ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro Carlos Alberto Caó propõe que as empresas de comunicação só possam ser proprietárias, cada uma, de um único veículo de comunicação. Ou seja: as Organizações Globo, por exemplo, teriam que abrir mão de dois dos três veículos que controla (televisão, rádio e jornal). A informática, outro tema controverso, terá no deputado Olívio Dutra (PT-RS) um ferrenho defensor da política de reserva de mercado do governo. Ele é coordenador da Comissão de Automação e Informática da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

## 3 Sistema de Governo

A tarefa mais urgente e imediata da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, do Congresso constituinte, será definir o regime de governo e a consequente duração do mandato do presidente José Sarney e de seus sucessores. Com relação ao mandato do presidente, a direção do PMDB quer, no máximo, um período de cinco anos. A direção do PFL deve insistir na tese de que Sarney deve permanecer no cargo seis anos, como prevê a atual Constituição. Sarney, por sua vez, tem insistido que a Constituinte deve definir seu mandato —qualquer que seja a duração— o mais rápido possível, em virtude de viagens ao exterior e do tratamento, junto aos credores, da dívida externa brasileira. O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, porém, tem dito que esse assunto não deve ser tratado apressadamente. Na verdade, Ulysses ganha tempo para poder unificar o PMDB em torno de uma proposta consensual. Tanto o PMDB quanto o PFL estão divididos. Há segmentos expressivos das duas bancadas que

defendem quatro, cinco e seis anos para Sarney. O outro tema a ser tratado é a definição do sistema de governo: parlamentarista, presidencialista ou misto. Se o regime instituído for o parlamentarismo, Sarney poderia cumprir seu atual mandato (seis anos) com apoio do PMDB. Nesta hipótese, o PMDB (maioria na Constituinte) indicaria um primeiro-ministro, subordinado ao Congresso, e cuidaria de toda a administração do país. O PFL poderia romper com a Aliança Democrática sem romper com Sarney. Há dois problemas contra o parlamentarismo: os principais "presidencialis", tanto do PMDB quanto do PFL, são presidencialistas. Este sistema, além disso, exige partidos fortes e consolidados, inexistentes hoje no Brasil. O presidencialismo, por sua vez, conferiria grande poder ao presidente. "No Congresso constituinte, a maioria inclina-se pela fórmula mista —em que o presidente elege-se diretamente (ao contrário do parlamentarismo clássico), mas o primeiro-ministro (indicado pelo presidente e referendado pelo Congresso) é o chefe de fato do governo.

## 6 Ordem Econômica

Os limites da intervenção do Estado na economia, o regime de propriedade do subsolo e a reforma agrária são, na opinião do relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), os temas que provocarão maiores polêmicas entre os constituintes. O conflito de interesses (ideológicos) já uniu, independentemente de filiações partidárias, "conservadores" de um lado e "progressistas" de outro, mesmo antes do início dos trabalhos da comissão. Os deputados Amaury Muller (PDT-RS), Aldo Arantes (PC do B-GO), Irma Passoni (PT-SP) e Vicente Bogo (PMDB-RS) passaram a manter contatos permanentes para "tentar frear o avanço da direita", segundo Aldo Arantes. Mas a "direita" faz a mesma coisa. Delfim Netto (PDS-SP), Guilherme Afif Domingos (PL-SP), Roberto Campos (PDS-MT), Renato Johnson (PMDB-PR) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) já articulam uma atuação conjunta. Renato Johnson foi eleito porta-voz do grupo. Foi na condição de porta-voz que Johnson levantou questão de ordem durante a escolha do presiden-

te da comissão, na última quarta-feira, para dizer que no PMDB havia dois candidatos a relator: Severo Gomes e Cardoso Alves. Por isso, sugeriu que fosse feita uma votação para saber quem o plenário da comissão escolheria. Johnson, poucos minutos antes, fora instruído por Delfim Netto e Roberto Campos, ambos do PDS, a propor a questão de ordem. O grupo acabou sendo derrotado, pois o senador Severo Gomes foi escolhido relator, com a aprovação, pela maioria da comissão, do acordo feito entre PMDB e PFL. Na próxima terça-feira, quando serão escolhidos os presidentes e relatores das subcomissões, a esquerda pretende virar a mesa e fazer com que não prevaleça o acordo entre PMDB e PFL que indica Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) relator da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Os "progressistas" articulam ainda a indicação do deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA) para o cargo. Os "conservadores" querem fazer valer o acordo e colocar na presidência da subcomissão o senador Edison Lobão (PFL-MA).

## 9 Sistematização

Incumbida de elaborar a redação final da Constituição, a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte deverá ser composta pelos "pesos pesados" de todos os partidos, inclusive do minúsculo e desconhecido Partido Municipalista Brasileiro (PMB), que conta com apenas um representante em plenário, o senador Antônio Farias (PE). O PMDB tem, entre outros, o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) e os deputados Fernando Lyra (PE), Francisco Pinto (BA), Bernardo Cabral (AM) e Pimenta da Veiga (MG). O PFL comparece com os senadores Afonso Ayrins (RJ) e Carlos Chiarelli (RS) e com os deputados Paulo Pimentel (PR) e Sandra Cavalcante (RJ). O PDS forneceu o deputado Konder Reis (SC) e o senador Virgílio Távola (CE). Dos partidos mais à esquerda, o PT tem o deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP), o PCB, o deputado Roberto Freire (PE) e o PC do B, o deputado Haroldo Lima (BA). O Palácio do Planalto fica representado pelo seu líder na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA). A direita tem representantes em vários partidos:

os deputados Nilson Gibson (PMDB-PE), Arnaldo Prieto (PFL-RS) e Gérson Peres (PDS-PA). A comissão ainda não está inteiramente composta, pois resta ainda a eleição do presidente e relator. Não foram eleitos também os relatores das 24 subcomissões das comissões temáticas, o que só ocorrerá terça ou quarta-feira. Até agora, só foram escolhidos os presidentes e relatores das oito comissões. Ao todo, serão 85 membros: 49 designados pelos partidos, dezesseis presidentes e relatores das comissões temáticas e os 24 relatores de subcomissões. Os candidatos mais fortes para relator da Comissão de Sistematização são o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ao contrário das comissões que redigiram as Constituições anteriores, a Comissão de Sistematização não poderá alterar os projetos que receber das oito comissões temáticas. Só pode compatibilizá-los. O relator terá muito trabalho. Desde logo, vai acompanhar os trabalhos das demais comissões para evitar que aprovem projetos contraditórios entre si.